

Congresso autoriza União a ^{Acomeute} gastar mais

BRASÍLIA — O Congresso aprovou ontem à noite o **Jumbão** — projeto de suplementação orçamentária no valor de NCz\$ 129 bilhões, destinados ao refinanciamento da dívida interna da União, à construção, recuperação e manutenção de estradas e pequenas complementações de verbas para a Polícia Federal e outros órgãos públicos. A votação vinha sendo obstruída desde junho pelas lideranças do PDT, PT e PSDB, por causa do rateio de NCz\$ 925 milhões que o **Jumbão** destinará à construção e conservação de estradas. Nesse montante incluem-se os NCz\$ 330 milhões arrecadados com a cobrança do selo-pedágio.

“Os empreiteiros trabalharam direito. Embora este projeto privilegie os estados do Maranhão, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco com 60% dos recursos disponíveis para as estradas, os parlamentares dos estados preteridos não conseguiram resistir à pressão dos empreiteiros para darem seu voto favorável”, denunciou o deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ). O resultado da votação na Câmara, acompanhada das galerias por representantes de empreiteiras, foi 254 votos a favor, rejeitou-se ao fim da votação que arrebanhou na Câmara 254 votos favoráveis, 64 contra e seis abstenções.

O Congresso nunca esboçou resistência quanto à utilização da

maior parte das verbas contidas no **Jumbão**. Para os parlamentares não haveria polêmica se fossem colocados em votação apenas os NCz\$ 127,7 bilhões destinados ao refinanciamento da dívida da União. A obstrução do projeto aconteceu porque vários parlamentares discordaram da destinação dos recursos para a conservação e construção de estradas, definida pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

Dos NCz\$ 925 milhões disponíveis, 19,93% foram destinados à Minas Gerais, 19,36% ao Maranhão, 12,88% à Bahia e 8,35% à Pernambuco. Por causa desta partilha, a liderança do PSDB colocou sob suspeição três membros da Comissão de Orçamento: o presidente Cid Carvalho, deputado pelo Maranhão; o relator José Carlos Vasconcellos, deputado por Pernambuco; e Israel Pinheiro, deputado por Minas Gerais, que conseguiu verba para a rodovia 259 de seu estado sem ter apresentado emenda.

A liderança do PT tomou a mesma atitude com relação aos membros da Comissão, denunciando uma série de parlamentares que pediram a liberação de verbas para rodovias fora dos limites de seus estados. “Está claro que isto aqui é favorecimento a empreiteiras”, denunciou o petista Wladimir Palmeira.